

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA VINTE E SETE DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- **ATA NÚMERO VINTE E NOVE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Marina Soares Paulo, Mário Joaquim Gomes Branco, David Filipe dos Santos Pinto e Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano e Fernando Jorge da Costa Rua. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo e Francisco Xavier Pereira Coutinho de Castel-Branco de Azevedo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira e Ana Cristina Nunes Gouveia. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Daniel José Martins Carapau. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Miguel Ângelo Ribeiro Henriques, que justificou a sua ausência e foi substituído por Fernando Rua. -----

----- Hélder Fernando Simões dos Santos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Francisco de Azevedo. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vanessa de Sousa. -----

----- Sérgio Machado Morais de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ana Gouveia. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Daniel Carapau. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião**, continuando com o Ponto 3. ---

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (continuação)** -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 118/2024, relativa à adenda ao termo de aceitação, referente ao protocolo da ANAFRE para execução do Programa Bilha Solidária do Fundo Ambiental;** -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta era clara, na verdade era uma adenda, uma prorrogação da vigência desse protocolo da ANAFRE. A primeira que já tinham ali aprovado terminava em 31 dezembro de 2024 e esse protocolo proposto pela ANAFRE previa durar até 2025, portanto o quadriénio 2022-2025. Era nesse sentido, mantinham-se as mesmas regras e o apoio, embora isso em geral nos meios urbanos não

tivesse uma grande adesão, por exemplo até agora foram só atribuídos 43 apoios nesse contexto, o que era compreensível, mas era precisamente para permitir continuar a dar esse apoio a quem precisava, quem se inscrevesse para receber e que justificasse nos termos do protocolo que estavam ali a propor para assinar. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que o “Mudar Alvalade” não ia votar contra esse ponto, mas gostaria de chamar à atenção a uma questão. Esse ponto estava feito um bocadinho mais para a base rural, porque falando ali em Alvalade, a maioria das pessoas tinham gás canalizado, se calhar 95%. Portanto, seriam muito poucos, estariam a falar de possivelmente casas de caseiro, muitas até não estavam legalizadas, ou algumas situações do Bairro São João de Brito ou outras. -----

----- Achava que esse protocolo deveria ser mais extensivo, porque dar um apoio apenas a quem tinha a bilha, isso também tinham de dizer que havia pessoas carenciadas que tinham gás canalizado e essas pessoas ficavam de fora. Era só isso que gostava de referenciar e que devia ser mais abrangente. Portanto, estavam a favor, mas relembrar que havia pessoas com gás canalizado carenciadas e que, apesar de ser uma boa proposta, isso podia ser mais abrangente. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que gostaria de realçar três pontos. Primeiro que realmente era dinheiro público a ser canalizado para empresas energéticas que tinham tido lucros gigantescos. Empresas que não tinham sido controladas e, no fundo, acabava por ser um subsídio indireto a essas mesmas empresas. Achavam que o que devia ser regulado nessa situação e na situação que tinham passado nos últimos anos, nessas situações difíceis para muitas famílias, era realmente regular os preços da energia. -----

----- Era óbvio que iriam votar a favor, porque, apesar de não concordarem com os princípios subjacentes, ou achavam que devia ser feito de outra maneira, era realmente uma solução para melhorar os problemas de algumas das famílias. Soluções outras que também tinham sido ali apresentadas noutras situações, com os fundos de emergência social, etc., e que realmente tinham de ser tidos em conta sempre que necessários. Por isso votariam a favor. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Jose Ferreira -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que a ação da Junta de Freguesia não se limitava a esse instrumento. Existiam outros instrumentos, fosse o Fundo Social de Freguesia, fosse o Fundo Social da Câmara Municipal, que também já ali autorizaram no passado. Portanto, para outros apoios existiam esses. Esse era mais um instrumento e, naturalmente, o Partido Socialista votaria favoravelmente. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que iria votar a favor, mas eram contra esse princípio. Primeiro, existiam impostos que desgraçavam a vida das pessoas em geral, o chamado ISP sobre o gás, que depois por cima tinha o IVA acrescido. Na parte do gás também tinham a taxa de ocupação do subsolo, tal como havia a taxa de ocupação do subsolo para a rede aérea da parte elétrica e para a rede aérea da parte de telecomunicações. Pagavam a taxa de ocupação do subsolo, o IVA era 23% e quem pagava era sempre o consumidor. -----

----- Pior do que isso, estavam a pagar 1.500 milhões de euros de acordos que não sabiam muito bem porque foram feitos, com as elétricas nomeadamente, para terem a prioridade no fornecimento, tanto através da energia solar, como através da energia fotovoltaica, a preços leoninos que não obedeciam ao preço regulado. Isso era uma vergonha. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que era um apoio sem qualquer custo para a Junta de Freguesia. As Juntas de Freguesia recebiam uma proposta da ANAFRE, que era para se aplicar a todo o País. -----

----- Tinha começado por dizer que era natural que nas grandes cidades, nos grandes meios urbanos, as pessoas tinham gás canalizado e, portanto, não era um apoio muito notado, mas continuava a haver pessoas que tinham essa necessidade. Não existia qualquer custo para a Junta, era um apoio financiado pela ANAFRE, a Junta só tinha que se limitar a aderir para permitir que as pessoas que viviam em Alvalade e que precisavam desse apoio pudessem aceder sem qualquer custo para a Junta de Freguesia.

----- Para além disso, como ali já foi dito, havia outros apoios que também muitas vezes cobriam despesas de gás, eletricidade, água, rendas, que já foram ali às vezes aprovados e deliberados e que pertenciam ao Fundo da Freguesia ou ao Fundo de Emergência Social da Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, isso era mais uma ajuda. -----

----- As críticas que foram feitas ao sistema, algumas podia partilhar, mas não tinham poderes para isso, não havia governos em Alvalade que gerissem o País e, portanto, não podia acrescentar mais nada, mas só para explicar que isso não era um apoio único para as pessoas que consumiam gás, havia outros apoios que também eram aplicáveis e também incluíam a eletricidade, o gás, as rendas, o medicamento, comida, alimentação. Portanto, havia vários apoios dos fundos que já referira e que também complementavam, ou pelo menos eram se calhar até mais relevantes do que esse apoio, mas pareceu que não havia razão nenhuma para que a Junta da Freguesia não aderisse a esse programa, ainda por cima sem custos e que beneficiaria nem que fosse uma pessoa, por acaso eram 43, mas foi esse o entendimento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 118/2024, relativa à adenda ao termo de aceitação, referente ao protocolo da ANAFRE para execução do Programa Bilha Solidária do Fundo Ambiental**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrado este Ponto da Ordem de Trabalhos e passou ao -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 137/2024, relativa à 2ª alteração ao mapa de pessoal dos serviços da Freguesia;** -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Tesoureiro -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que essa proposta era na realidade em 2024 a segunda alteração ao mapa de pessoal que o Executivo levava à Assembleia, alterações essas que de alguma forma sempre foram recorrentes e os recursos humanos de uma instituição com a dimensão da Junta, como uma instituição, uma autarquia ou uma empresa era algo dinâmico a gestão desses recursos humanos, assim se pretendia que fosse algo dinâmico e que continuava a ser. Essa alteração, de forma mais específica eram duas alterações em relação ao anterior mapa pessoal que tinham. -----

----- A primeira alteração era a criação de um novo lugar de assistente técnico na divisão administrativa, nomeadamente nos serviços de sistemas de informação. Essa alteração surgia e era decorrente das questões cada vez mais importantes relacionadas com cibersegurança e serviços especializados. Era necessário que o serviço fosse reforçado para apoio às tarefas realizadas. -----

----- Face às limitações de formação para a carreira especial técnico de sistemas e tecnologias de informação, decorrentes do Decreto-Lei nº 88/2023 de 10 de outubro, entendeu-se por essa altura, em junho, mais do que relevante criar o lugar na carreira geral de assistente técnico. Essa era a primeira alteração que a proposta apresentava. ---

----- A segunda alteração era de um lugar de assistente operacional para assistente técnico, não era um lugar acrescido, era a passagem de assistente operacional para assistente técnico no serviço de economia e gestão. -----

----- Na economia e inovação o mapa pessoal continha dois lugares na carreira de assistente operacional, afetos ao serviço de economia e inovação, no Mercado de Alvalade. No entanto, tinham vindo a verificar que esse lugar, face às características do posto de trabalho, deveria ser de assistente técnico, dadas as tarefas que eram realizadas e que no entendimento do Executivo, na leitura e na avaliação, se adequavam mais a essa carreira de assistente técnico do que assistente operacional.-----

----- Eram essas as duas alterações que não sendo de monta, não sendo com um impacto muito grande, naturalmente que qualquer alteração ao mapa pessoal tinha ali que ser levada. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes -----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que, naturalmente, o “Mudar Alvalade” não votaria contra esse ponto, mas havia uma questão que gostariam de colocar. A primeira questão era muito simples, era sugerir o cabeçalho existente em todas as páginas, de forma que eram várias páginas, que o cabeçalho estivesse em todas as páginas. Era uma questão técnica, uma sugestão, uma melhoria, para poderem acompanhar até ao final e não irem do princípio até ao fim. -----

----- A questão era porquê ainda existirem cinco vagas em assistentes operacionais na educação. A educação era um dos pilares mais importantes acima de tudo e dizerem que era por falta de cabimento não servia e era uma das propostas que tinham sugerido até, que houvesse assistentes operacionais rotativos para que pudessem dar apoio nas escolas quando nos educadores ou assistentes havia falhas, que não prejudicassem o restante bom funcionamento das escolas. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Daniel Carapau -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que era um comentário de procedimento, reforçando o pedido que foi feito, apelar à Mesa ou ao Executivo que providenciassem essa informação num formato que pudesse ser mais facilmente comparável. Isso era uma das alternativas, em excel ou no formato original, ou em alternativa na proposta que o Executivo submetia elencar logo no texto da proposta quais eram as alterações porque assim podiam ter essa informação antes da reunião e não apenas na altura de apresentação do ponto pelo Executivo. -----

----- Por acaso eram apenas duas alterações, mas se fossem mais seria mais complicado de analisar. Se tivessem essa informação antes era mais fácil analisar a questão.-----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que tinha algumas considerações sobre essas alterações ao mapa de pessoal. Foi apresentado em dezembro e continuavam a

alertar que uma das áreas mais carente de trabalhadores era a higiene urbana, o que já ali foi referido. Pensavam que deveria ser reforçado com o mínimo de dez trabalhadores para atender às necessidades de limpeza existentes na Freguesia. -----

----- Sabia-se que o Orçamento da Junta foi reforçado significativamente com mais 800 mil euros e esperavam que algum desse dinheiro fosse canalizado para a contratação de pessoal. Obviamente que eram opções do Executivo e não concordavam se não fosse feito dessa forma. -----

----- No mapa de pessoal também já tiveram ocasião de falar. Havia obviamente pessoal em falta e era preciso suprir nalgumas áreas, com esses trabalhadores a Junta de Freguesia conseguiria ter melhor desempenho e prestar um melhor serviço aos fregueses e a quem os visitava. -----

----- Iriam abster nesse ponto. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que queria só aproveitar a ocasião para questionar o Executivo, até porque já foi ali um ponto mencionado, a necessidade de reforçar o campo da higiene urbana na Freguesia de Alvalade e perceber se o Executivo já se deparou com esse tema, se estava a considerar a hipótese de reforçar a área da higiene urbana ou até a contemplar a possibilidade de contratar um serviço de higiene que fosse reforçar a higiene urbana da Freguesia, nesse caso um serviço de outsourcing que pudesse garantir essa limpeza na Freguesia que, como todos sabiam, era algo que não se encontrava no estado que seria desejável. -----

----- Aproveitava também a ocasião para questionar o Executivo se havia alguma norma sindicalizada que estivesse contratualizada à necessidade do Executivo ter um número mínimo de funcionários pertencentes à Junta de Freguesia de Alvalade. Gostaria de saber se isso se aplicava nesse momento na Junta de Freguesia ou não. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que para além de reforçar a questão de forma que já tinha referido aquando da aprovação do Orçamento, nomeadamente ser possível ter no cabeçalho, uma vez que eram várias páginas, aquilo que era. Seria uma coisa simples, só uma parametrização no excel, pensava que seria fácil de fazer e facilitava muito a leitura. -----

----- Também já tinham referido e foi referido ali, a Junta de Freguesia teve um reforço de 800 mil euros do Orçamento, decidiu não aumentar o quadro de pessoal da higiene urbana quando poderia facilmente aumentar com muito significado. A Senhora Vogal que tinha o pelouro da higiene urbana, na última sessão ou penúltima referiu que havia faltas de pessoal e, portanto, que o trabalho recomendava reforçar o quadro pessoal. A Junta de Freguesia entendia, apesar de ter recebido 800 mil euros de reforço orçamental, não reforçar o quadro pessoal da higiene urbana. -----

----- Em 2013, o acordo entre os trabalhadores do Município de Lisboa e as Freguesias todas, que não foi só em Alvalade, implicava ou proibia a subcontratação de serviços de higiene urbana. Portanto, era só para relembrar que esse era um compromisso, o acordo entre os sindicatos que representavam os trabalhadores, fosse no Município, fosse nas Freguesias. A Freguesia de Alvalade aceitou, como bem a Câmara Municipal, e era para referir que devia a Junta de Freguesia, de facto, mobilizar os meios através de emprego em funções públicas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não se podiam queixar de resultados líquidos negativos e depois exigir um aumento dos quadros de pessoal, que

tinham despesas fixas. Era uma quadratura do círculo, sempre difícil de fazer em orçamentos. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que os 800 mil euros eram dinheiro dos contribuintes e exigiam cautela e critério. Tinham que gerir com a maior eficiência e eficácia possível.-----

----- Além disso era estranho, porque quando tomaram posse tinham um número de funcionários da higiene urbana e já reforçaram com nove, o quadro estava totalmente preenchido. Era verdade que outras aquisições foram feitas e iriam ser feitas, nomeadamente equipamento indispensável, novas roçadoras, novas varredoras. Isso tudo custava dinheiro e era indispensável, mas também estava previsto e era verdade, seria preciso promover uma alteração do quadro de pessoal.-----

----- Estranho era que durante oito anos nunca foi necessário e agora, ao fim de oito anos, depois de acrescentar nove funcionários, as mesmas pessoas reclamavam que era preciso ainda mais, mas iam fazê-lo porque tinham que servir melhor as pessoas. Não era para perder 800 mil euros, nem que tivessem mais um milhão, não iriam esbanjá-lo só porque tinham mais dinheiro, era preciso haver algum critério. Nesse sentido o que estava previsto era, de facto, promover outra alteração do quadro de pessoal, porque era necessário e assumido reforçar o quadro, mas não era de forma infinita. -----

----- Quanto aos prestadores de serviço, todas as Juntas de Freguesia, quando os quadros eram preenchidos e o trabalho era acrescentado, recorriam à prestação de serviços em todas as áreas e algumas até eram da cor política de quem fez algumas críticas de que não deviam ser os prestadores de serviços, quando havia em todas as Juntas, porque infelizmente não podiam estar sempre a alterar quadros de pessoal, não podiam estar sempre a aumentar o quadro de pessoal e muitas vezes havia necessidades urgentes que tinham que ser resolvidas. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Tesoureiro -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que em relação ao cabeçalho e à leitura mais facilitadora da parte de quem lia e de quem estava a analisar o documento, ficava com a nota e iria abster para já de dizer o que podiam melhorar ou como podiam melhorar, mas ficava com a nota e fariam esse trabalho no sentido de ficar mais acessível a leitura do documento e mais facilitada. -----

----- Dar nota também que aquilo o Senhor Presidente acabou de referir, nesse momento tinham a decorrer alguns processos concursais de recrutamento que tinham decorrido, encabeçados pelos recursos humanos e que estavam a decorrer a bom ritmo, mas mesmo a bom ritmo esses processos não deixavam sempre de precisar de dois ou três meses entre o seu início e o seu fim. -----

----- Tinham nesse momento procedimentos concursais na área da higiene urbana, como ali foi dito. Para reforçar e para confirmar aquilo que foi dito também, onde que iriam utilizar o valor financeiro que foi atribuído à Junta de Freguesia de Alvalade, nomeadamente em termos de recursos humanos na higiene urbana, os procedimentos concursais estavam a decorrer. Estavam a decorrer ali nessas mesmas instalações durante essa semana, a título de exemplo, assim como também tinham procedimentos concursais para a educação, para o desporto, uns que decorriam de forma mais eficiente e com mais resultados porque encontravam na avaliação que faziam, no processo de entrevistas, etc., as pessoas que consideravam ser uma mais-valia para a equipa e havia outros processos que nem sempre terminavam no primeiro momento, em que tinham

que depois voltar a iniciar esse mesmo processo, por exemplo no caso do desporto recentemente. -----

----- Havia também um procedimento concursal para assistentes na área da educação, o que lhe permitia responder ao Membro Nuno Lopes para dizer o seguinte: nesse momento, fosse nas vagas normais das escolas, fosse nos projetos especiais que tinham com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa na área da educação nas escolas, fosse para o ensino de necessidades especiais e que não fosse de necessidades especiais, tinham todas as vagas ocupadas, não havia nenhuma falta em nenhuma escola, sendo que tiveram que optar em algumas soluções não por trabalhadores do mapa de pessoal, mas para poderem responder rapidamente à necessidade de implementação tiveram que optar por outro tipo de serviço, nesse caso por outro tipo de prestadores de serviço. -----

----- Confirmava efetivamente que no mapa pessoal tinham essas ausências que estavam a ser resolvidas com o processo concursal que falara antes, mas os lugares nas escolas não havia um único livre, não havia um único que não estivesse acautelado e estavam acautelados com base noutra tipo de figura, nesse caso de prestação de serviços. -----

----- Queria também referir outra questão que foi ali colocada, tinha a ver com a possibilidade de utilizarem serviços externos ou não e queria dar dois exemplos. Por exemplo no caso da higiene urbana nesse momento, para retratar a situação que estavam a viver, dado o processo concursal nessa área, previam que estivesse finalizado em setembro e tiveram que optar, mesmo sabendo e até concordando com aquilo que o Frederico e a força política que representava ia transmitindo, o objetivo e prioridade era completar os lugares no mapa do pessoal, mas quando não conseguiam em tempo útil não deixavam de ter as pessoas na rua. Sob outro formato, era verdade, menos desejável na sua ótica, era verdade, mas entre uma coisa e outra o que optaram sempre era por não deixar de ter ninguém a fazer o serviço. Portanto, enquanto esse procedimento concursal decorria na higiene urbana e na educação, tinham pessoas a ocupar o espaço. -----

----- No que dizia respeito a empresas, serviços externos e respondendo também a essa questão que foi colocada à sua direita e à sua esquerda, tinham no caso da deservagem e nessa altura do ano, em que era um problema que se sentia com maior vigor, tinham um serviço contratado para uma deservagem pontual. Sempre que sentiam que ganhava algumas dimensões com os serviços que tinham, com os turnos que tinham e com as equipas que tinham, para conseguir responder em tempo útil havia efetivamente um serviço externo pontual para fazer essa deservagem. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira -----

----- **Membro José Ferreira (PS)**, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta, disse que não tinha feito nenhuma acusação, apenas declarava uma informação. Não tinha feito nenhuma crítica sobre uma coisa ou outra. -----

----- Era evidente que em todos os serviços de qualquer autarquia, essa ou outra qualquer, quando havia picos ou coisas extraordinárias, essas coisas extraordinárias tinham que ser respondidas imediatamente e nenhum quadro de pessoal ali ou numa empresa, ou em qualquer lado, era feito para as coisas extraordinárias, mas sim para as coisas dentro da média, porque senão havia momentos de desemprego desses recursos.

----- Foi isso que tinha dito, naturalmente que todas as Juntas subcontratavam tarefas e funções quando havia picos, por exemplo esse ano, que havia variações relevantes de água e de temperatura, tornando difícil que os serviços de higiene urbana pudessem responder sucessivamente ao crescimento das ervas que acabaram de cortar. Aí entrava muito a preparação, nomeadamente com os fitofarmacêuticos. -----

----- Quanto ao Senhor Presidente da Assembleia, que lhe fez ali uma crítica, ou um reparo, sobre a questão de não gostar dos prejuízos e agora querer trabalhadores da

higiene urbana, também não queria imaginar que o Senhor Presidente da Assembleia quisesse ter dito que a falta de trabalhadores estava a pagar o prejuízo da Junta de Freguesia. Pensava que não teria querido dizer isso, mas pareceu querer dizer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não respondia.-----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 137/2024, relativa à 2ª alteração ao mapa de pessoal dos serviços da Freguesia**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, BE, MMA e Chega) e 2 abstenções (CDU)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrado o ponto da Ordem dos Trabalhos e passou ao-----

----- **Ponto 5 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 142/2024, relativa à designação do auditor externo para certificação legal de contas;**-----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Tesoureiro-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que não escondia alguma motivação adicional por levar novamente esse prolongamento do trabalho que estavam a fazer com esse revisor oficial de contas, Telma Curado e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Limitada, para auditor externo.-----

----- Todos recordariam certamente, o Executivo anterior talvez mais, encontraram essa entidade quando chegaram e quando tomaram posse, em outubro de 2021, começaram naturalmente a trabalhar com essa entidade, os serviços já tinham ali as operações e a organização agilizada com essa entidade. Para si foi um processo novo, mas foi um processo que ao longo do tempo o foi motivando e lhe foi agradando pelas pessoas e pelos serviços que estavam a conseguir sempre transmitir e pela disponibilidade que apresentavam sempre aos seus alertas e às notas sobre a necessidade de correção ou de melhoria.-----

----- Mais uma vez chegavam a essa altura do ano em que tinham a necessidade de renovar esse contrato, que era anual, outra preocupação que tinham de fazer as coisas dessa forma num espaço de doze meses. Só tinha encontrado bons motivos e principalmente não encontrava nenhum motivo para mudar.-----

----- A sintonia entre as suas responsabilidades e o Revisor Oficial de Contas, a sintonia entre o Serviço de Finanças e o Revisor Oficial de Contas, era suficientemente grande e positiva para considerar que essa seria a melhor decisão e que não fazia de todo sentido ir à procura de uma outra solução. Essa era a proposta, também por um ano e nesse caso era um ano civil, estavam a falar de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. ----

----- Queria dar uma nota, porque nem sempre as coisas eram ditas da forma mais correta. Já tivera oportunidade de explicar que a Junta de Freguesia e o seu Orçamento não tiveram e foram aprovados com base em nenhum prejuízo. Na altura da apresentação das contas foi explicada a razão de haver um desvio orçamental resultante de valores que ainda não tinham entrado, o Orçamento passou na Assembleia dessa forma, com a posição que cada força política achou que devia ter, mas tinham que ser um pouco mais corretos nas palavras que utilizavam.-----

----- O Orçamento não tinha nenhum prejuízo, não era verdade a utilização dessa palavra.-----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que o Partido Socialista votaria essa proposta, ficavam contentes que permitisse continuar o trabalho que já ia do passado. Louvavam isso.-----

----- Em relação à intervenção do Senhor Tesoureiro, dizer que os orçamentos não tinham prejuízo porque eram uma estimativa, o que tinha prejuízo eram as contas e se fossem verificar tinha resultados negativos. As contas tiveram prejuízo, o orçamento era uma estimativa. Também se podia fazer uma demonstração de resultados previsional, mas não era um documento que habitualmente se fizesse nas entidades públicas.-----

----- Objetivamente, um orçamento não podia ter prejuízo, as receitas eram iguais às despesas e era assim que tinha de ser apresentado, mas as contas tiveram prejuízo. Aliás, era só ir lá ver a demonstração de resultados e estava lá um resultado negativo acumulado em 2023, em 2022, em 2021.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 142/2024, relativa à designação do auditor externo para certificação legal de contas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrado este Ponto da Ordem dos Trabalhos e passou ao -----

----- **Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 149/2024, relativa ao contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa, em matéria de higiene urbana;**-----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta não era novidade. Mantinha-se o procedimento que ia sendo adotado e que resultava do acordo entre a Câmara e as Freguesias. Era baseado num estudo com as 24 Freguesias e que ia anexo ao contrato. Esse valor encontrado determinava a transferência de valores para a Freguesia de Alvalade e tinha a ver com a pressão turística, aplicando-se os critérios que estavam estabelecidos.-----

----- A única novidade no contrato desse ano de 2024 era que a Câmara mudou o procedimento, em vez de serem quatro tranches de transferências passaram a ser duas e, portanto, foi uma alteração que não os afetava, antes pelo contrário, mas os valores mantinham-se, estavam assegurados e os critérios mantinham-se, eram os mesmos em todas as 24 Freguesias de Lisboa.-----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Lopes-----

----- **Membro Nuno Lopes (MMA)** disse que só queria fazer um pequeno reparo e uma sugestão relativamente a essa proposta. O estudo operacional baseava-se nos Censos de 2011 e já tinham dados de 2021. Era abrangido com dados de 2012 e 2017, em que chegavam a um valor de 166 mil euros para a Junta de Freguesia. A questão era se não se justificaria fazer uma atualização desses dados, perante uma situação em que estavam a ser prejudicados e já merecia uma atualização.-----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que esse contrato estimava um valor de 160 mil euros para acréscimo de intervenção causada pela pressão de turismo na Freguesia, mais ou menos isso, mas, do que viam, não explicava como essa verba iria ser passada à execução. Obviamente que a Junta teria o seu papel aí.-----

----- Como referiram anteriormente no ponto do mapa de pessoal, falaram das carências nessa área da higiene urbana e, portanto, a questão era como se incrementava a limpeza sem contratar mais pessoas. Era uma pergunta geral.-----

----- Era conhecida a posição da CDU sobre esses contratos administrativos, foram um expediente encontrado para resolver um problema que várias Freguesias se depararam, nesse caso retificado por essa questão do turismo. Achavam que era insistir numa solução que continuava a ser um erro, que resultava da reforma administrativa ou era consequência dessa mesma reforma e era um erro dividir a higiene urbana em 25 parcelas, a Câmara mais 24. Perdia-se escala, perdia-se capacidade de dar uma resposta célere e integrada. Era necessária uma resposta à escala global da cidade, como já tinham ali discutido e realçado várias vezes.-----

----- Também era necessário responder aos problemas adequando o trabalho aos trabalhadores e esses de forma a darem uma resposta concreta aos problemas existentes. A higiene urbana era uma área onde se multiplicavam as queixas e que era preciso atacar com mais força ainda, apesar das respostas que tinham sido dadas e que na opinião da CDU eram ainda insuficientes. -----

----- Sendo uma área estrutural, a resposta devia ser assegurada pela Câmara Municipal de Lisboa e iriam votar contra.-----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Daniel Carapau -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que tinha só um pedido de esclarecimento simples. No último ponto dizia que o contrato estava em vigor durante seis meses e a pergunta era se teria que ser um novo contrato a cada ano civil ou se era por outra razão, se não seria mais simples o contrato já ter a possibilidade de renovações com a eventual atualização do valor.-----

----- Independentemente de concordarem ou não com a repartição de responsabilidades, até às próximas eleições manter-se-iam em princípio as atribuições existentes e se calhar não havia necessidade de estar a fazer um novo contrato. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que questionava o facto dos dados apresentados terem valores de 2017, tanto em número de hotéis como em número de alojamentos locais. Tinha ido ao site do INE e verificara que só lá estava 2016, mas o que perguntava era se a cidade não sabia quantos hotéis se faziam por ano, quantas camas havia por ano a mais, a quantos alojamentos locais passavam licença. Pensava que saberiam e seria bom darem às Juntas de Freguesia para terem valores reais. -----

----- Sabia, por exemplo, que na Freguesia existia mais um hotel, era ao lado do seu prédio e fácil de saber. Em alojamentos locais com certeza também havia, porque todos os dias se via o pessoal com o trolley a entrar para algum lado. -----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que esse instrumento ia do mandato anterior e aí se explicava porque o estudo só tinha dados anteriores a 2021, porque todo o estudo de distribuição era feito com base no estudo do anterior mandato. Por isso os dados eram de 2011, o levantamento dos hotéis era de 2017, etc. Estavam a distribuir um valor com o mesmo algoritmo, com base na realidade do mandato anterior. -----

----- Entretanto já souberam que nos Censos de 2021 a Freguesia cresceu, todos andavam em Alvalade e viam muito mais alojamentos locais, viam até turismo já dirigido e ainda bem para aliviar a zona histórica, havia turismo já dirigido para Alvalade e era uma coisa boa, mas isso tinha impactos. Havia pelo menos mais um hotel e se calhar valia a pena era a Câmara Municipal actualizar o estudo e não estar consecutivamente a usar o mesmo estudo de praticamente quatro ou cinco anos atrás.---

----- Isso explicava a razão do valor de 166 mil euros ser igual em 2022, em 2023, em 2021, porque objetivamente estavam sempre no mesmo pressuposto. Se não mudassem o pressuposto a distribuição das verbas não haveria de ser diferente daquilo que era nos outros anos e criavam-se situações diferentes, porque se calhar a situação em Santa Maria Maior era pior do que uns anos atrás, provavelmente muito pior porque havia muito mais turismo. A forma de distribuir não estava correta, nem a ideia de manter um valor absoluto e idêntico ao longo desses anos. -----

----- A cidade estava a distribuir sempre o mesmo valor fixo por todas as outras Freguesias, naturalmente que usando o mesmo algoritmo iria dar o mesmo resultado, mas a realidade era totalmente diferente. Certamente que a Câmara Municipal não recebia a mesma taxa, aquela coisa das “taxas e taxinhas” muito bem batizada pelo CDS, mas que agora beneficiava delas e afinal as “taxas e taxinhas” acabavam por ser uma coisa muito importante para financiar ou diminuir os impactos que o turismo tinha na cidade. O turismo era importante, mas tinha impactos, como em tudo na vida. -----

----- Seria importante que o valor subisse, porque na verdade os salários subiram, o custo das coisas subiu e as Juntas de Freguesias estavam a entregar mais serviços da higiene urbana simplesmente porque havia muito mais pessoas e mesmo na Freguesia de Alvalade, que não era uma Freguesia com muito turismo dirigido, mas com muito mais do que quatro ou cinco anos atrás e o valor era sempre o mesmo. -----

----- Com certeza que era melhor receber 166 mil euros do que não receber nada, isso era sempre importante e votariam a favor, mas apelavam a que o Senhor Presidente da Junta numa próxima oportunidade forçasse, na Assembleia Municipal e com outros Presidentes de Junta, a que o estudo fosse atualizado e o valor absoluto que era distribuído crescesse, porque a Câmara Municipal não estava a receber a mesma coisa de taxa turística do que recebia cinco anos atrás, fosse porque o valor da taxa turística era superior, fosse porque a quantidade de turistas era também superior. -----

----- O que acontecia era que as Juntas de Freguesia, Alvalade em particular, para conseguir suprir os impactos causados por essa atividade havia com certeza coisas que ficavam para trás. Poderiam aumentar dez pessoas na higiene urbana e isso também ajudaria. Se havia uma atividade concreta que estava identificada na cidade e que tinha um impacto específico, a cidade reconhecia isso, fazia um estudo e muito bem, devia atualizar o estudo e devia distribuir uma verba maior. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que convinha fazer primeiro as contas para ver se ganhavam ou perdiam. -----

----- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que gostaria de aproveitar a oportunidade de estarem a falar mais da área da higiene urbana para questionar o Executivo se considerava a possibilidade de contratualizar um serviço externo que garantisse a higiene urbana na Freguesia de Alvalade. Todos sabiam as dificuldades que tinham vindo a ser sentidas nessa área. Por várias vezes alertaram para pontos estratégicos na Freguesia que careciam desse serviço extra para além do quadro de recursos humanos que a Freguesia de Alvalade dispunha. Era tempo de solucionar essa questão que impossibilitava uma vivência mais cómoda a todos os que visitavam, a todos os comerciantes, aos moradores da Freguesia de Alvalade. -----

----- Já tinham apresentado ali vários casos, nomeadamente no Mercado de Alvalade, o problema também que se fazia sentir de várias pessoas sem-abrigo que estavam nas imediações e que também criavam, para além do problema social que se vivia, também ao nível da higiene urbana e enquanto Iniciativa Liberal acreditavam que era o momento de solucionar esse problema e se a forma de o solucionar fosse através da

contratualização de um serviço externo que garantisse a higiene urbana na Freguesia, parecia ser o caminho mais útil a prosseguir. Se faltavam dez pessoas, mais do que olhar para o tema numa ótica de contratualização de mais funcionários da Junta de Freguesia, contratar um serviço externo que perante um orçamento se comprometesse a solucionar o problema da higiene urbana em Alvalade. Era tempo de agir e de resolver o problema da higiene urbana em Alvalade.-----

---- Por lhe ter sido pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa proposta estava de facto datada e já era anacrónica, mas isso não era um problema só ali. Todos os Presidentes de Junta de Freguesia tinham referido isso junto da Assembleia Municipal e mesmo em reuniões com o Presidente da Câmara.-----

----- Havia uma intenção de rever. Ainda por cima em 2022, segundo informação que o Vogal Tomás Gonçalves deu agora, foi revisto o regulamento relativo ao alojamento local e em que foi feito um levantamento dos dados mais atualizados. Portanto, isso facilitava muito o trabalho que a Câmara devia fazer para assegurar uma valorização.---

----- Havia Juntas que ficavam mais prejudicadas do que Alvalade, porque em termos relativos tinham mais um hotel, mas outras tinham muito mais. Bastava ir à zona histórica. Já tinham reunido com o Vereador exatamente no sentido, precisamente no sentido de avaliar o reforço de verbas para a higiene urbana. -----

----- O Membro do PEV gostava muito da centralização, era um bocadinho o Estado o patrão de todos, mas não era isso que perfilhavam e acreditavam no princípio da subsidiariedade, da proximidade, de todos aqueles princípios que não só ali, mas na Europa mais moderna se aplicavam e até na União Europeia. Não havia nenhum padrão perfeito, mas tinham que ter mais recursos, mais capacidade. -----

----- Quanto à contratação de serviços, do ponto de vista ideológico não tinham qualquer contra, antes pelo contrário, havia uma relação entre público e privado sempre que ela justificasse, sempre que fosse do ponto de vista financeiro e do ponto de vista económico justificável. Nesse sentido já fizeram, muitas vezes era preciso recorrer a prestação de serviços, nomeadamente num tipo de serviços que não encontravam resposta nos serviços públicos, porque eram cada vez menos e não se formaram muito mais nos domínios da jardinagem e dos espaços verdes.-----

----- Na higiene urbana também não dispensavam de todo que isso fosse uma coisa interdita, só que era uma necessidade permanente e regular que era preciso aumentar. Se estivessem bem, se houvesse alguns picos em que recorressem a esse serviço, mas era uma necessidade permanente que precisava de ser assegurada. As condições climáticas atualmente eram muito promotoras de determinados fenómenos, nomeadamente com a desertificação e outros, pelo menos era o que diziam os serviços e os técnicos dos espaços verdes e do ambiente. -----

----- Estavam constantemente a queixar à Câmara de coisas que também não gostavam e sabiam que o tempo de resposta, apesar de tudo, não era aquele que desejariam e sempre que fosse necessário e que se justificasse do ponto de vista financeiro e económico, o Executivo dos “Novos Tempos” até em termos de ideologia política não tinha nada contra, antes pelo contrário, sempre que se justificasse. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 149/2024, relativa ao contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa, em matéria de higiene urbana**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP, IL, MMA e Chega), 2 votos contra (CDU) e 1 abstenção (BE)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----  
----- Deu nota que, como falado, no Dia da Freguesia fariam uma Assembleia temática, não só para festejar o Dia da Freguesia, mas especialmente para festejar e comemorar os 50 anos do 25 de Abril. Calhando a um domingo teriam que fazer noutro dia.-----  
----- Já tinha falado com alguns partidos políticos ali presentes e a ideia era atribuir quatro medalhas, uma para cada um dos quatro partidos políticos históricos da Freguesia, alguém indicado pelo PS, pelo PSD, pelo CDS e pelo PCP. Veriam isso depois, tinha que ser aprovado na comissão respetiva e fariam isso tudo certinho.-----  
----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e duas horas e trinta minutos.-----  
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----  
1°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2°.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -  
-----O PRESIDENTE-----